



Ano 5, Vol VIII, nº 1 , pág. 298-309 Jan-Jun 2012.

A INTERFACE FAMÍLIA E ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR

Hilda Bayma-Freire¹ & Antonio Roazzi² & Mônica Gomes Teixeira Campello
de Souza(1)

Faculdade de Formação de Professores¹

Universidade Federal de Pernambuco²

Brasil

hilda_freire@hotmail.com¹

roazzi@gmail.com²

mgtcs@uol.com.br (1)

Resumo: Este artigo tem como prioridade focar algumas das estruturas familiares vulneráveis de classe desfavorecida no âmbito das relações com os filhos adolescentes (idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos), como variáveis interventivas do processo escolar. Procedeu-se a uma análise que, centrada em diversos pontos de vista, destaca alguns dos fatores que levam o adolescente a substituir a sua formação acadêmica por outros interesses mediados pela sociedade como subsistência de fácil acesso, indo de encontro às regras mediadas pela família enquanto sistema social estruturante da identidade adulta. Como conclusão aponta-se ser responsabilidade da família contribuir com o desempenho escolar e com as competências do filho, em seu desenvolvimento acadêmico. Isto é, a família e a escola devem interfacear, em função de promover a autoestima e o interesse pelas atividades escolares, tendo em vista, inserir o aluno na dinâmica multidisciplinar e diminuir as altas taxas do fracasso escolar que, prejudica os adolescentes em formação acadêmica e interfere no progresso social. Palavras-chave: Família, filhos, estruturas vulneráveis, fatores de risco.

Abstract; This article aims to focus on some vulnerable familiar structures of the less fortunate classes in the field of relations with teenager sons (aged between 15 and 17 years), as interfering variables of school process. An analysis is carried out, centered on different points of view, highlighting some of the factors that convince the teenager to substitute his academic formation for other interests mediated by society as subsistence of easy access, opposing the rules mediated by family as a social system that structures adult identity. It is concluded that It is the responsibility of the family in contributing to school performance and skills of the child in their academic development. That is, family and school must interface with, in terms of promoting self-esteem and interest in school activities, in order to insert the student in the dynamic multi-disciplinary and in reducing the high rates of school failure that affect adolescents in the academic growth and interferes in their social progress.

Key-words: Family, sons, vulnerable structures, risk factors



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq/EDUA – ISSN 1983-3415



A interface Família e escola no desenvolvimento escolar

Destacar a influência de alguns fatores familiares que são significativos na descontinuidade dos estudos de adolescentes brasileiros de classe desfavorecida é uma contribuição relevante nos autos da prevalência de fatores de risco. Destaca-se nestes contextos, o baixo nível de escolaridade dos pais, o estado civil da mãe, o baixo estatuto socioeconômico da família, a instabilidade profissional dos pais, a falta de interesse pela vida escolar dos filhos e a indiferença perante as suas dificuldades de aprendizagem, entre outros (Bayma, Freire, 2009). Que na sua pluralidade vulnerável, desarticulam a estrutura familiar e desencadeiam nos filhos comportamentos pessoais inadequados, na abrangência da desmotivação principalmente no que se refere ao estudo. Tudo isso desencadeia alterações no processo ensino-aprendizagem no âmbito de problemas de indisciplina, envolvimento com grupo de pares com comportamento desviante, prostituição, consumo de álcool e/ou droga, roubo, furto e outros de procedência de contextos de inserção.

Note-se que esses motivos são desencadeantes da desmotivação escolar desses adolescentes, ao nível do ensino médio público brasileiro decorrentes de uma pluralidade de estruturas vulneráveis pertencentes tanto à esfera individual como à esfera familiar. A família brasileira carenciada é marcada pela desigualdade socioeconômica, insere-se no momento na diversidade das relações afetivas, ostenta uma estrutura fragilizada diante dos seus membros e não consegue proporcionar um equilíbrio no processo de desenvolvimento formativo dos filhos (Bayma-Freire, 2008).

Note-se que o poder socioeconômico é uma variável que determina a divisão da família brasileira em níveis diferenciados, ou seja, uma população marcada pela desigualdade e vulnerabilidade exposta aos desafios das adversidades. Uma situação conflituosa, na qual a família carente está sempre a lutar por sua sobrevivência, onde muitas vezes esta necessidade sobrepõe à educação dos filhos. Ou seja, esta família mesmo sendo uma instituição mediadora entre os filhos e a sociedade nos mais diversos contextos, diante da sua necessidade de sobrevivência insere o filho em processo de formação escolar no contexto de trabalho desqualificado para contribuir com o sustento do dia a dia. Nesta ótica, a família brasileira, até a década de 70, inseria-se em contextos limitados e mal definidos, isto é, uma unidade estática no tempo de estruturas domésticas. Ora, uma família centrada no modelo patriarcal, desarticulada que marcou por muito tempo a história do povo brasileiro. Mas, dos anos 90 em diante foi renovada com novas formas de organização familiar que refletem a possibilidade de sobrevivência de uma população numerosa inserida na desigualdade social.

A família brasileira anteriormente distinguia-se em cada região pelas suas características próprias, ou seja, propriedade (família colonial-Nordeste), carácter igualitário e semiurbano da população (São Paulo), economia mineradora e café (Sudeste), família governamental (Minas Gerais) e outras. Mas, foi a família patriarcal que constituiu a Nação Brasileira (Ellis, 1936). Além disso, os usos e os costumes deste período incorporaram-se na cultura brasileira e passaram a fazer parte das relações sociais (Viana, 1955). A família patriarcal da colônia e do império caracterizada por um extenso grupo com

núcleo conjugal e com sua prole legítima, todos sob o mesmo domínio perdurou por muito tempo na sua representatividade (Freyre, 1975). Tudo isso retrata o processo de desenvolvimento da família brasileira na pluralidade do poder aquisitivo.

A pluralidade dos laços afetivos muda a história da família brasileira.

O desenvolvimento da família brasileira patriarcal do século XX centra-se num processo modernizado da sociedade, decorrente da industrialização e da urbanização crescente que nucleariza para atender melhor as demandas da sociedade moderna. Nesta realidade, destacam-se os laços de afetos mútuos, a inserção no mercado de trabalho, a educação dos filhos, as relações sociais, o controlo de natalidade e o enfraquecimento de laços parentais (Cândido, 1951). Como fatores plurais que interferem na estrutura da família e dão outra conotação de representatividade.

Neste processo de mudança ressaltam-se algumas características que demarcam a diferença entre estas famílias por classe, desde uma estrutura patriarcal às classes subalternas. Na classe alta, a família apresenta-se extensa e patriarcal, na classe média, tende a ser nuclear com foco na parentalidade e na classe baixa ou inferior, a família é pequena e instável, sem propriedade, sem objetivo, sem instituições específicas, isto é, sem centro de integração da estrutura familiar (Willems, 1954). Ora, a família brasileira tradicional centra-se no domínio da parentalidade com sobrenome ancestral que mesmo na modernidade não foi enfraquecido pelas mudanças (Wagley, 1963). Mas, atualmente a família brasileira insere-se na complexidade das transformações e

de inserção nos mais diversos modelos de união, tendo em vista a família ser um sistema aberto socializador que interage com os outros sistemas em busca de equilíbrio entre as infinitas variações do tempo e da sociedade (Levi-Strauss, 1967). Esta busca uma relação de estabilidade, em função de ajustar os seus membros nos mais diversos contextos e fazer parte integral da sociedade.

O modelo patriarcal brasileiro representativo da família brasileira atualmente se apresenta por novos vínculos afetivos. Acrescenta Andolfi (1984) que a família brasileira é um sistema cativo em constante transformação, o qual vive em função dos seus membros. Essa é uma característica visível entre os mais diversos tipos de famílias que mesmo ao seu modo expressam este comportamento. É difícil definir a família brasileira em virtude da pluralidade de sua concepção. Mas, a cada dia a família brasileira distancia-se dos paradigmas originários (casamento, sexo e procriação) e como família moderna centra-se no apoio emocional e na flexibilidade de laços afetivos (Cervený, 1994). Uma ligação afetiva muitas vezes de “satisfação imediata” vulnerável diante das responsabilidades dos filhos.

Note-se que alargamento do conceito de família factualmente passa por um redimensionamento e deixa de ser prioridade a configuração de família a margem de casamento (Dias, 2005). Além disso, o modelo tradicional (união por laço matrimonial) é uma realidade modificada através da pluralidade de novos modelos familiares. Compreende-se assim que as mudanças atuais nas estruturas política, econômica e social alteram as relações jurídicas familiares e a família em sua mobilidade assume uma função instrumental, no âmbito de interesses afetivos. Na realidade atual, o pluralismo familiar rompeu os moldes

restritos do casamento e muda o conceito de família. Por seu lado, a Constituição Federal CF/88, (art. 226 - § 6º) reconhece as mudanças de relacionamento familiar além do casamento e protege a união estável centrada na monoparentalidade.

Nesta ótica diante de tantas variáveis atenuantes neste contexto (emancipação da mulher, trabalho fora de casa, etc.), o homem deixou de ser o provedor exclusivo e passou a cooperar mais em atividades do lar. Ora, um representante familiar mais flexível apesar de, em níveis mais desfavoráveis esse ainda exigir certa representatividade machista.

Dentro desses encontros e desencontro, Bénoit e colaboradores (1988) afirmam que as crises familiares devem ser vistas como um processo de mudança e de ajustamento dos desentendimentos, em função de estruturar as relações familiares. Segundo Relvas (1996), a família em seu próprio dinamismo passa por situações de stress e por várias crises que se diferenciam na flexibilidade em busca de um equilíbrio estável. O contexto familiar é relacional, mas influencia e é influenciado no processo de interação com os diversos contextos, em busca de uma adequação de papéis a serem desempenhados em prol de um melhor ajustamento. A família é um indicador de grande complexidade nas relações, em sua dimensão, nos vínculos, nos limites e na responsabilidade representativa (Sacareno, 1997). Isto é, a família é caracterizada e influenciada por conotações religiosas, morais, legais, culturais, sociais e por tradições repassadas por gerações que constituem a complexidade de cada estrutura. Neste processo de adequação de papéis ressalte-se que a família nuclear (pobre) estruturada por um casal e seus

genitores com estrutura mais resiliente, ainda não consegue manter os seus filhos adolescentes com representatividade significativa na escola. Na atual conjuntura social, as novas configurações familiares asseguram-se nas mais diversas relações afetivas, monoparental, adotiva, reconstituída, homoparental e anaparental.

No que concerne à família monoparental, é um subsistema sem muito suporte para a resolução de problemas intra e extra familiar, principalmente na partilha de responsabilidade, tarefas, problemas financeiros e escolaridade dos filhos (Minuchin & Feshman, 1988). Isso significa mais stress, preocupação e instabilidade causando um desajuste no âmbito familiar. No Brasil, a família monoparental e de pais ausentes sempre passa por diversas dificuldades, principalmente a de classe desfavorecida, que por seu lado, tem uma estrutura fragilizada e por necessidade repassa para o filho mais velho o papel do progenitor. Nesta performance, o jovem muitas vezes assume imaturamente uma responsabilidade de autonomia adulta e por sua vulnerabilidade termina a envolver-se com grupo de risco, além dos sentimentos estagnalizados vivenciados em contextos escolar e social que culminam com o abandono dos estudos.

Para Minuchin (1979, 1990), a família é peça estruturante do desenvolvimento cultural dos filhos e como agente socializador, é a base principal da sociedade com direito a proteção do estado. A família Reconstituída (re)estrutura-se com um dois genitores e os seus filhos de um e/ou dos dois genitores, isto depende dos acordos judiciais e/ou afetivos. Decerto, uma família com relações conflituosas, com impacto de vivências

anteriores e de tentativas de reajustes entre os membros mediante as rupturas conjugais e os desequilíbrios relacionais que podem causar desmotivação no processo escolar dos filhos. Na visão de Berthoud e colaboradores (1997), o número de família reconstituída aumenta a cada dia no Brasil e, tanto o pai como a mãe pode assumir o papel de chefia diante dos filhos. Saliente-se que neste contexto, os conflitos são mais evidentes, uma vez que decorrem de estruturas diferentes, mas devem ser resolvidos em função do equilíbrio e da qualidade da nova relação, para preservar a integridade dos filhos.

Neste impacto das múltiplas relações afetivas em relação aos filhos se pode focar a família adotiva como uma estrutura sujeita ao stress duplo, ou seja, um procedente do processo de adoção e o outro referente ao ciclo vital em si. A família adotiva no âmbito do stress da incapacidade de conceber um filho biológico estrutura-se com a inserção de um novo membro sem vínculo consanguíneo (Rosenberg, 1992). Note-se que apesar da sua responsabilidade de agente estruturante, esta situação promove conflito e insegurança, em virtude da busca de uma satisfação do desejo frustrado de procriação.

Para Rios (1998), a base dos direitos humanos sob a tutela dos direitos constitucionais centra-se no princípio da igualdade e não da discriminação. Decerto, o ser humano tem direitos assegurados pela lei para estruturar-se enquanto família de acordo com as suas convenções pessoais. Nesta ótica, Dias (2005) destaca a união homoparental fincada em laços afetivos com direito de família, como uma união que se caracteriza por uma relação estável entre pessoas do mesmo sexo na vigência afetiva e de realizações pessoais. É pertinente destacar neste contexto, o papel da mulher

brasileira no comando da família e a sua luta pela independência, nada mais justo, diante do seu papel de responsabilidade na criação e manutenção dos filhos. Por seu lado, a mulher brasileira assume 50% da força laboral com destaque de expressão e liderança (Silva, 2007).

Neste processo de união afetiva múltipla e seus relacionamentos com os filhos, a mãe brasileira merece destaque na representatividade do apoio dos filhos diante do seu desenvolvimento escolar. Apesar da quebra de muitos “tabus” e enfrentamento de vários obstáculos, a mulher brasileira sofre atualmente muita violência doméstica, já caracterizada como um fenômeno social que ultrapassa o contexto familiar e toma uma abrangência incontrolável pelas autoridades brasileiras. Os dados da UNESCO-2007 revelam que Pernambuco é o estado com mais número de práticas criminais femininas. Apesar da Lei Maria da Penha (11.340/2006) assegurar a proteção da família, não é o suficiente diante da extensão de tanta violência.

Para Ávila (2001), a estrutura da sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais. Além do mais, as mudanças socioculturais que acontecem a cada dia no país não estão sendo compreendidas por “muitos” e têm alterado a dinâmica da família brasileira. É necessário sistematizar a desigualdade sociocultural entre os gêneros, só assim pode diminuir a prepotência masculina e reafirmar o princípio de igualdade entre os domínios econômico, jurídico e social (Telles & Melo, 2003). A desigualdade de gêneros ultrapassa a classe quando a violência feminina passa a acontecer em diferentes grupos sociais (Santos, 2006). Mesmo com as inúmeras mudanças socioculturais, a mulher continua em desigualdade no que concerne ao seu

papel social. É de se pontuar que no Recife, vive-se atualmente um momento de desequilíbrio entre a família e os jovens, devido à violência que supera os limites da justiça em relação às normas da sociedade brasileira.

A Família carente, na dinâmica da adolescência

A família tem um papel ativo no processo da adolescência dos filhos diante das suas mudanças estruturantes. Os pais necessitam de muito dinamismo e tacto, em qualquer nível social, para assegurar a integridade e a complexidade das inúmeras mudanças emergentes das vivências interativas e formadoras. Na perspectiva psicanalítica, o adolescente deve desvincular-se da família para instituir-se como membro social (Freud, 1917). Esta passagem do ser dependente para um ser independente é um processo que envolve vários aspectos de forte expressividade, as trocas familiares deve existir sempre, mas são as novas ligações de proximidade que vão ajudar na definição da autonomia do adolescente em seu papel social.

O adolescente precisa ser preparado para superar a dependência familiar e desenvolver a sua autonomia com limites determinado (Blos, 1967). Considerando um período de descobertas, de enfrentamentos, em prol de um ajustamento adequado a vida adulta. Quando o filho está apto a enfrentar a sua própria autonomia. O pai deve apoiar dentro das suas possibilidades. Para Bowlby (1976) nessa separação, a vinculação fica subjacente, ou seja, a vinculação familiar serve de base de segurança para o adolescente avançar nas suas descobertas, até por que a proximidade e o afastamento dos genitores reforçam o processo de autonomização. A resiliência familiar é uma das

características mais importantes na estruturação da autonomia adulta, tendo em vista, a segurança decorrente desta relação prepara o adolescente para enfrentar os obstáculos que possam surgir com mais capacidade.

A adolescência por ser um processo de maturação complexa possibilita ao jovem automatizar-se em relação a sua família (Bénoit,1988). Isto é, através das vivências interativas nos diversos contextos, o adolescente vai adquirindo experiências para ajustar-se em todos os seus aspectos e enfrentar a vida adulta com competência. Acrescenta Fleming (1993) que o adolescente para estruturar-se como adulto, necessita de uma contínua relação de interação com os outros. Assim, as interações nos mais diversos contextos facilita o adolescente interioriza os mais diversos conhecimentos e modificar o seu comportamento, ajustando-se como adulto. Segundo Relvas (1996), não se entende adolescência sem compreender a família e a sociedade. Isto é, a família é o núcleo das aprendizagens e formações que facilita a autonomia pessoal. Faz-se necessário refletir sobre o papel dos pais, na interação dos filhos com o meio envolvente e entender como e, onde tudo se estrutura, para não interferir negativamente na formação educativa dos filhos.

Para Brittain (1963), o envolvimento emocional com a família enquanto referência principal facilita a tomada de decisões, mas se for uma relação negativa, o grupo de amigos permanece na valorização. É de se referir que quando o grupo de amigos decorre de famílias estruturadas, funciona como complemento de enriquecimento nas mudanças interativas, mas quando o grupo de amigos provém de famílias fragilizadas por comportamentos inadequados, as contribuições são negativas e influenciam as práticas ilícitas,

que culminam com a desistência escolar. De certo modo, a forte influência negativa de grupo de pares, contribui para o insucesso escolar e culmina com o abandono dos estudos (Kaplan, Peck & Kaplan, 1997; Sherif & Sherif, 1964). Nesta perspectiva, todo comportamento desviante funciona como um fator de interferência escolar. William (1973) pontua que no processo de autonomia, os pais em sua autoridade devem prevenir o sentimento de hostilidade aos filhos e estes devem prevenir o sentimento de rejeição aos pais.

Conclusão

A pluralidade dos laços afetivos, os quais dão significados às famílias brasileiras, em foco as carenciadas, que ainda ostentam uma estrutura vulnerável diante das demais, decorrente de uma desigualdade econômica persistente, a qual continua a desequilibrar e moldar estruturas fragilizadas pela necessidade. Diante desta realidade, os pais precisam ajustar-se de forma dinâmica às mudanças de filhos adolescentes (Weiss et al., 1984). Além de estabelecer limites qualitativos para facilitar a transição (Quinn et al., 1985). São esses limites qualitativos e quantitativos que estruturam o adolescente de modo coerente com as normas sociais. Mas, na realidade dos fatores discutidos neste estudo verifica-se que são estes parâmetros que faltam à família brasileira na abrangência dos laços afetivos, no período da adolescência, para evitar o caos que emerge das estruturas familiares, principalmente de classes desfavorecidas que interferem nos estudos dos adolescentes. Decerto, é normal

existir conflitos confrontantes entre pais e filhos, porém sem tantos desajustes e discursos desarticulados entre os membros familiares.

É de responsabilidade de a família contribuir com o desempenho escolar e com as competências do filho, em seu desenvolvimento escolar. Isto é, a família e a escola devem interfacear, em função de promover a autoestima e o interesse pelas atividades escolares, tendo em vista, inserir o aluno na dinâmica multidisciplinar e diminuir as altas taxas do fracasso escolar que, prejudica os adolescentes em formação acadêmica e interfere no progresso social.

Referências

- Andolfi, M. (1984). *Por trás da máscara familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andolfi, M. (2002). *A crise do casal: Uma perspectiva sistêmica relacional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ávila, M. B. (2001). *Textos e Imagens do feminismo: Mulheres construindo à igualdade* (pp. 13-70). Recife: SOS Corpo.
- Bayma-Freire, H. A. (2008). *O abandono escolar no ensino fundamental brasileiro: Alguns factores familiares*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Bayma-Freire, H. A. (2009). *O abandono escolar no ensino médio público brasileiro: Alguns factores pessoais e familiares*. Tese de Doutorado não publicada. FPCE: Universidade de Coimbra.
- Bénoit, J. C., Malarewicz, J.-A., Beaujean, J. Colas, Y. & Karinas, S. (1988). *Dictionnaire clinique des thérapies familiales systémiques*. Paris: ESF.
- Berthoud, C. M. E., Cerveny, C. M. O., Leusi, L. V. V., Filho, R. C. (1997). *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Blos, P. (1967). *Les adolescents: Essai de psychanalyse*. Paris: Stock.
- Bowlby, J. (1976). A natureza da ligação da criança com a mãe. In L. Saczka (Ed.), *As ligações infantis (105, 153)*. London: The Hogasth Press.
- Brittain, C. V. (1963). Adolescent choices and parent-pur cross-pressures. *American Sociological Review*, 28, 358-391.
- Cândido, A. (1951). The brazilian family. In T. L. Smith (Ed.), *Portrait of a continente*. Nova York: Marchant General.

- Cervený, C. M. O. (1994). *A família como modelo: Desconstruindo a patologia*. Campinas: Psy.
- Ellis, A. Jr. (1936). *Os primeiros troncos paulistas e cruzamentos euro americanos*. São Paulo: CEN.
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e autonomia: O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Porto: Afrontamento.
- Freud, S. (1917). *Introductory lectures on psychoanalyses*. London: Standart.
- Freyre, G. (1975). *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- Kaplan, D., Peck, B. M. & Kaplan, H. (1997). Decomposing the academic failure-dropout relationship: A longitudinal analysis. *Journal of Educational Research*, 90(6), 331-343.
- Levi-Strauss, C. (1967). *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Press
- Minuchin, S. (1979). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S. & Feshman, C. H. (1988). *Técnicas de Terapia familiar of antisocial behavior*. Barcelona: Paidós.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Quinn, W. H., Newfield, N. A., & Protinsky, H. O. (1985). Rites of passage in families with adolescents. *Family Process*, 24(1), 101-112.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família*. Portugal: Afrontamento.
- Rios, R. R. (1998). Direitos fundamentais e orientação sexual: O direito brasileiro e a homossexualidade. *Revista CEI do Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, Brasília*, 6(12), 82-99.
- Rosenberg, E. (1992). *The adaption life cycle*. New York: Free Press.
- Sacareno, C. (1997). *Sociologia da família*. Lisboa: Estampa.
- Santos, M. P. (2006). *Combatendo a violência contra a mulher nas ondas do rádio: A experiência do programa de rádio Mulher na zona da Mata Sul de Pernambuco*. Monografia de Graduação. Recife: UFPE.
- Sheriff, M. & Sherif, C. W. (1964). *A study of adolescence groups*. New York: Harper and Row.
- Silva, M.M.S. (2007). A inserção da mulher no poder. Secretaria da Mulher. Governo do Estado de Pernambuco. *Revista, Concurso de Redações e Artigos Científicos, Ano I*, 34, 35.
- Telles, M. A. A. & Melo, M. (2003). *O que é violência contra a mulher?* São Paulo: Brasiliense.
- Viana, F. J. (1955). *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- Wagley, C. (1963). An introduction to Brazil, cap. 5, *Family and Education*, pp. 184-204. New York: Colombia, University Press.
- Weiss, B. & Follansbee, D. J. (1984) Familial contexts of adolescent ego development. *Child Development*, 55, 195-213
- Willems, E. (1954). A estrutura da família brasileira. *Revista Sociológica*, 4(10), 327-340.
- William, F. S. (1973). Family therapy: Its role in adolescent psychiatry. *Adolescent Psychiatry*, 2, 324-239.

Recebido em 30/5/2012. Aceito em 26/6/2012.